



**REALIDADE AMARGA DO RIO (QUE ERA) DOCE:
A cobertura do jornal *O Tempo* sobre a
tragédia de Bento Rodrigues**

*Marco Túlio Pena CÂMARA*⁷⁵

RESUMO: O rompimento da barragem da empresa Samarco (Vale/BHP) causou a destruição do Rio Doce e do subdistrito de Bento Rodrigues, pertencente ao município mineiro de Mariana. O desastre teve grande repercussão nacional e atenção de toda a imprensa, principalmente do estado. O artigo traz uma análise das matérias publicadas pelo caderno especial do jornal *O Tempo* sobre a tragédia. Com base nos estudos sobre o acontecimento (DOSSE, 2013), enquadramento (PORTO, 2004), gestão de pontos de vista (RABATEL, 2013), observa-se a atenção principal ao meio ambiente como foco na cobertura do referido jornal.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso midiático. Enquadramento. Gestão de pontos de vista.

ABSTRACT: The rupture of the Samarco dam (Vale / BHP) caused the destruction of the Rio Doce and the sub-district of Bento Rodrigues, belonging to Minas Gerais's município of Mariana. The disaster had a great national repercussion and attention from the entire press, especially from the state. The article becomes an analyzes of the texts published in the special notebook of the newspaper *O Tempo*. Based on the studies on the event (DOSSE, 2013), framework (PORTO, 2004), management of views (RABATEL, 2013), attention to the environment as a focus on coverage of the newspaper.

KEYWORDS: Media speech. Framework. Management of views.

1. Introdução

A lama decorrente do rompimento da barragem de Fundão da empresa Samarco (Vale/BHP), em 05/11/2015, causou a destruição do rio Doce, que corta os estados de Minas Gerais e do Espírito Santo. O maior desastre socioambiental do país matou peixes, vegetação,

⁷⁵Doutorando em Linguística Aplicada (UNICAMP). Mestre em Estudos de Linguagens pelo CEFET-MG e jornalista pela UFV. E-mail: marcotulioamara@gmail.com

além de destruir o subdistrito de Bento Rodrigues, pertencente à cidade de Mariana. Os 62 milhões de metros cúbicos de lama de rejeitos de minério deixaram 19 pessoas mortas, 39 cidades afetadas, 11 toneladas de peixes mortos e 1265 pessoas desabrigadas⁷⁶.

O presente artigo é parte da pesquisa de Mestrado⁷⁷ que analisa a cobertura midiática impressa mineira sobre a tragédia, com a análise de quatro veículos: *Estado de Minas*, *O Tempo*, *Lampião* e *Curinga* (estes dois últimos, produtos laboratoriais do curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto). Para este trabalho, escolheu-se o caderno “*Um adeus ao rio Doce*”, do jornal *O Tempo*. Como se trata de um recorte de uma pesquisa maior, escolhemos a reportagem que abre o caderno e a última dele para exemplificar o processo narrativo escolhido pelo caderno na cobertura da tragédia.

Para tanto, ancoramos nossas discussões em três aspectos teóricos, a saber: i) noção de acontecimento e sua relação com a midiaticização, contando com suas reverberações (DOSSE, 2013); ii) o enquadramento de notícias, que constroem a realidade a partir de determinada visão, sendo visto como um modo de organização do discurso (CHARAUDEAU, 2015; EMEDIATO, 2003; PORTO, 2004); e iii) a gestão de pontos de vista a partir da seleção das fontes e espaço cedido a elas, além da seleção de itens lexicais que descrevem e relatam o acontecimento, atribuindo maior responsabilidade ao enunciador e como o locutor incorpora os referidos enunciadores no texto. (KOCH e CORTEZ, 2015; RABATEL, 2013).

Dessa forma, a análise sobre o caderno especial do jornal *O Tempo*, busca identificar e classificar os enquadramentos utilizados nas reportagens e como é feita a gestão de pontos de vista, a partir do gerenciamento de fontes, termos axiológicos utilizados e até as vozes que foram ocultadas, uma vez que “o silenciamento é o sinal da tentativa de institucionalização de um sentido, do literal” (MOREIRA, 2007, p. 326).

Assim, de modo geral, observa-se que o caderno foca na questão ambiental, como já indicado pelo próprio nome do especial. Mas, por mais que possa parecer uma constatação evidente, esse enquadramento, com fontes especializadas e carência de depoimentos pessoais, com termos axiológicos que remetem a causas naturais, demonstra o ponto de vista escolhido e defendido pelo veículo, que considera sua magnitude nacional, principalmente em relação

⁷⁶Fonte: <http://g1.globo.com/minas-gerais/desastre-ambiental-em-mariana/> Acesso em 13 jan. 2018

⁷⁷A dissertação leva o título “Para nunca esquecer: uma análise discursiva de narrativas jornalísticas impressas sobre o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana”, defendida ao Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do CEFET-MG em 05/02/2018.

ao ecossistema e bacia hidrográfica, com suas consequências, minimizando, portanto, o ponto de vista e questões locais que poderiam ser mais abordadas com depoimentos e relatos dos atingidos, considerando o regionalismo de um jornal estadual.

2. Fundamentação teórica

Para realizarmos o estudo acerca da cobertura jornalística sobre o rompimento da barragem é preciso, primeiramente, classificá-lo como um acontecimento, dimensionando sua importância tanto midiaticamente quanto pessoalmente na vida dos envolvidos. Para tanto, recorreremos ao conceito de acontecimento a fim de relacioná-lo ao nosso estudo, considerando-o como valor-notícia e, mais que isso, como fato de alto impacto na sociedade como um todo. Dessa forma, abordaremos cinco principais pontos sobre o conceito de acontecimento, de acordo com França (2012), Motta (2012) e Dosse (2013), a saber: i) acontecimento, dimensão descritiva, explicativa e interpretativa; ii) acontecimento e história; iii) acontecimento, linguagem e narrativa; iv) acontecimento e a perspectiva construtivista; v) acontecimento e condições de emergência.

Dosse (2013) trabalha a definição e classificação do acontecimento em diversas perspectivas, principalmente a histórica e a sua relação com a midiaticização. Citando Ricoeur (1991), o autor classifica o acontecimento em três níveis de abordagem: i) o acontecimento insignificante; ii) ordem e reinado do sentido, no limite não acontecimental; e iii) a emergência de acontecimentos suprasignificativos, supersignificantes.

O primeiro evoca a descrição do fato, aqui representado pela cobertura jornalística informativa, que responde às perguntas básicas do *lead*⁷⁸ jornalístico; o segundo é o momento da narrativa do acontecimento, refere-se à sua construção, explicando as possíveis causas, envolvidos e consequências esperadas. Essa característica também está presente no nosso objeto de análise⁷⁹, na medida em que a tragédia, no primeiro momento, é tratada de forma descritiva, já que o veículo conta informações básicas que fazem referência ao fato, local, as consequências imediatas do rompimento da barragem, dentre outros elementos essenciais em um material jornalístico. Com o decorrer do tempo, a partir de novas evidências e narrativas construídas, vão surgindo, também, novas explicações e causas acerca do rompimento da

⁷⁸O *lead* é, normalmente, o primeiro parágrafo de uma notícia, em que se busca responder a seis perguntas básicas: o que, quem, quando, onde, como e por quê.

⁷⁹A cobertura do jornal no decorrer de um mês desde o dia do rompimento da barragem também compõe o *corpus* da dissertação que originou este artigo, como material auxiliar à análise.

barragem, cujo objetivo é apontar responsáveis, sinalizar possíveis causas e estabelecer relações entre política e economia que culminaram no rompimento da barragem. A cobertura em um caderno especial prevê esse maior tempo dedicado à apuração e escrita das reportagens, com mais pesquisa do que a cobertura diária. Já a terceira abordagem se inscreve no campo interpretativo, retomando o acontecimento como emergência, atribuindo a ele um “supersignificado”, ou seja, essa abordagem foca nas consequências do acontecimento, nos efeitos e correlações posteriores à construção do acontecimento.

Dessa maneira, a cobertura jornalística em análise abarca as três abordagens do acontecimento, na medida em que o descreve, explica-o e o interpreta. É importante ressaltar, também, a classificação de acontecimento como histórico “a partir do momento em que ele produz efeitos e é dimensionado conforme a importância daquilo que ele provoca” (DOSSE, 2013, p. 185). A partir dessas considerações, Dosse revela a importância da narrativa nessa construção do acontecimento histórico, uma vez que, segundo o autor, “a narração constitui a mediação indispensável para se fazer obra histórica e assim ligar o espaço de experiência ao horizonte de espera” (DOSSE, 2013, p. 184). Nessa perspectiva, a tragédia pode ser classificada como acontecimento histórico na medida em que produziu diversos efeitos que foram retratados pela imprensa, dimensionando suas consequências ambientais, antropológicas e eventuais⁸⁰.

Dessa maneira, classificamos a tragédia enquanto Acontecimento, abrangendo os pontos acima apontados em relação à cobertura descritiva, explicativa e interpretativa da tragédia, enquadrando-a e considerando-a como um acontecimento histórico, haja vista sua importância e gravidade em toda a sociedade, sobretudo no estado de Minas Gerais. Tal acontecimento foi midiático e levou a se tomar conhecimento dele por meio da narrativa jornalística, baseada na linguagem do jornal impresso, em caso específico desta análise. Além disso, a perspectiva construtivista deve ser levada em conta para este trabalho, uma vez que o caderno especial contou com maior tempo de construção e apuração dos acontecimentos e fontes representadas. Considerar a tragédia como acontecimento vai além dos termos acadêmicos reflexivos: é reconhecer sua gravidade e impacto socioambiental.

2.1 O Enquadramento na cobertura jornalística

⁸⁰O termo deriva da palavra francesa *événementialités*, que significa “acontecimentalidade”. No campo histórico, é o relato dos fatos e sua respectiva consequência, ou seja, a explicação da história, situando-a cronologicamente.

A partir da noção e conceituação de acontecimento, percebemos, portanto, a relação desse conceito com o de Enquadramento. De modo geral, a noção de enquadramento faz referência à fotografia, considerando o processo de posicionamento do que se deseja ser retratado pela lente. No campo das ciências sociais aplicadas, o conceito pode ser encontrado em outros estudos, sob diferentes perspectivas, estando, então, em processo de construção conceitual, sem um consenso claro sobre ele. Nesta seção, trabalharemos, sobretudo, com referenciais teóricos dos Estudos da Comunicação, tais como Porto (2004) e Gutman (2006). O objetivo é apontar classificações e categorias de análises baseadas nos tipos de enquadramento feitos e escolhidos pelos veículos em análise, considerando a linha editorial, condição de produção, dentre outros aspectos que interferem na construção do discurso midiático. O primeiro paradigma a ser quebrado para se realizar uma análise de cobertura jornalística é a imparcialidade midiática. Considerar a mídia apenas como “fonte de informação”, passada de forma objetiva, é ignorar o papel do sujeito na instância da produção, que carrega valores e opiniões que determinam a produção de um dado conteúdo, agregando pontos de vista e subjetividade à informação.

Porto (2004) define o conceito a partir de referenciais teóricos da Sociologia, da Psicologia e da Comunicação, foco de nosso interesse. No âmbito dos Estudos da Comunicação, o enquadramento, entendido com uma ideia central organizadora, é considerado um modo de organizar o discurso através de práticas específicas, construindo uma determinada interpretação dos fatos. O enquadramento pode ser considerado, portanto, um jogo de “seleção e saliência”, já que “seleciona alguns aspectos de uma realidade percebida e fazem-nos mais salientes em um texto comunicativo” (ENTIMAN, 1994, p. 294 *apud* PORTO, 2004, p. 82).

Dessa forma, há uma forte relação entre o enquadramento e a construção do acontecimento, uma vez que a mídia é capaz de modelar as representações da realidade que deseja mostrar ao seu público, como forma de construção social. Nesse sentido, o jornalista exerce um importante papel de interpretante da realidade ao formular o relato que constrói e o repassa por meio de seus textos midiáticos, como notícias e reportagens, ressaltando que ele constrói uma temporalidade enunciativa, a partir de interpretações que permitem ao público identificar e classificar os acontecimentos e as informações acerca deles nos ambientes midiáticos. Assim, entendemos o enquadramento como o que “se relaciona aos ângulos de abordagem dados aos assuntos pautados pelos meios de comunicação” (GUTMANN, 2006, p.

30). Pensando no nosso *corpus* enquanto cobertura jornalística especial, o enquadramento é, então, o modo como se escolhe para produzir aquela narrativa jornalística. Ou seja, o enquadramento “orienta determinada cobertura, o que é diferente da simples ênfase a certas características do fato narrado” (GUTMANN, 2006, p. 45), sendo, portanto, o resultado do conjunto de construções e informações obtidas e orientadas a partir do acontecimento.

Gutmann (2006) apresenta, ainda, quatro relações-chave do Enquadramento, baseadas nos estudos de Scheufele (1999): i) a construção do enquadramento; ii) o processo de enquadramento; iii) os efeitos nos indivíduos; iv) a relação entre os *framings* utilizados pela audiência e aqueles construídos pela mídia. Interessa-nos, aqui, as duas primeiras relações, principalmente, uma vez que focaremos nas condições de produção das narrativas jornalísticas escolhidas. Tais características se relacionam diretamente com a forma como o acontecimento é construído a partir do processo de enquadramento determinado por esses veículos.

Mais que aporte teórico, o processo de enquadramento também reverbera na metodologia que escolhemos abordar para esta pesquisa. Entendemos como processo as etapas da construção dos cadernos especiais e suas especificidades, determinados pelas condições de produção e orientações editoriais e ideológicas que os veículos devem seguir.

Porto (2004) avalia, inicialmente, que o enquadramento, muitas vezes, é feito de forma implícita, ou seja, o receptor não consegue identificar a fonte do seu conhecimento, tomando aquela versão, fruto de pontos de vista, como verdade absoluta. Este é o destino final do enquadramento: influenciar o receptor a tomar aquela seleção como representação real do fato. O autor estabelece algumas classificações:

“enquadramento episódico”, com foco em eventos, como é o caso do rompimento da barragem⁸¹;

“enquadramento temático”, destacando o contexto analítico além dos fatos, como podemos observar no caso de coberturas especiais, em que há mais espaço e tempo para aprofundamento analítico da tragédia, em detrimento à cobertura factual típica de um

⁸¹Tal classificação remete, também, à definição de “acontecimento-acidente”, dado o ineditismo da tragédia, como algo inesperado, e não em relação à naturalização da tragédia.

jornal diário⁸²;

“enquadramento dramático”, focado na violência e conflito (patemização⁸³ do fato), podendo ser observado quando se trata das perdas materiais e imateriais das vítimas da tragédia, utilizando-se recursos e estratégias sentimentais à cobertura, para despertar os afetos;

“enquadramento moral”, considerando o senso comum como aplicação da moral;

“enquadramento oficialista”, que relaciona os dois anteriores para a construção da verdade⁸⁴.

Para exemplificar, o autor argumenta que, no Brasil, os enquadramentos estão cada vez mais visíveis na mídia, principalmente quando se trata da cobertura política. Porto (2004) acredita que podemos identificar diferentes maneiras de realização do enquadramento sobre o mesmo tema e acontecimento, de acordo com a linha editorial e escolhas feitas pelo jornalista e o veículo a qual representa. Uma dessas formas de denotar o enquadramento é a gestão dos pontos de vista da instância de produção, que utiliza recursos discursivos a partir das escolhas lexicais que optam por usar, podendo denotar, portanto, aquilo em que acredita, como veremos a seguir.

2.2 Gestão de pontos de vista

Como vimos, a notícia/reportagem é construída a partir de um ponto de vista do sujeito/veículo que a produz. Dessa forma, percebemos que o posicionamento do veículo pode ser apreendido de diversas maneiras, da escolha do que é salientado em sua cobertura às palavras que serão utilizadas para caracterizar tal acontecimento⁸⁵. Para teorizar sobre a

⁸²Tal característica também foi abordada pelas entrevistadas do jornal *O Tempo*, que reconhecem a diferença de abordagem entre o caderno especial e a cobertura “factualizada”, feita no dia-a-dia do jornal diário, em que se realiza uma narrativa mais objetiva e informacional.

⁸³Baseado nos estudos da retórica, a patemização faz referência ao apelo sentimental do referido discurso, ou seja, os efeitos patêmicos, ligados ao *pathos*, o que o discurso visa impactar no auditório.

⁸⁴Esses dois últimos tipos de enquadramento são mais observados quando se trata da relação da mídia com a política. Neste trabalho, não observamos essa recorrência, uma vez que não há, a princípio, o discurso moralista que envolve o acontecimento retratado.

⁸⁵Ainda que não nos aprofundemos no conceito de aforização, proposto por Maingueneau (2010), ele faz uma relação da gestão de fontes com o enquadramento e os pontos de vista, categorias que sustentam nossa análise. O autor direciona sua atenção para os fragmentos destacados de um discurso, acreditando que, ao fazer tal recorte, o enunciado sofre uma alteração. A aforização prevê o receptor universal, ou seja, institui uma cena de fala onde não há interação entre dois protagonistas colocados no mesmo plano. É fundamentalmente

gestão dos pontos de vista (PDVs) a partir das fontes utilizadas, tomemos inicialmente como base os estudos de Rabatel (2013), com o conceito relacionado ao enunciador e sua relação com o locutor, nos estudos da linguagem, conforme trataremos a seguir.

Baseado nos estudos de Ducrot (1984), Rabatel propõe a reflexão sobre locutor/enunciador que nos é fundamental para as análises sobre gestão de PDV. O autor distingue, então, o locutor como o responsável pelo enunciado, em que, a partir deste, pode incluir outros enunciadores, até com PDVs diferentes dos seus. Assim, o locutor pode aproximar ou se distanciar dos enunciadores que coloca em cena em seu discurso. Eles são definidos como seres que se exprimem na enunciação sem, necessariamente, tomar a palavra.

De modo direto, tomemos nosso objeto de estudo, o jornalismo impresso: o jornalista, responsável pelo relato que se materializa em um texto jornalístico, é o responsável pelo enunciado e gere o seu PDV a partir do próprio texto, enquanto locutor/enunciador, ou evoca outros enunciadores, denominados, no campo jornalístico, como fontes e/ou personagens, que são representados por meio do discurso relatado direto (ou indireto) expressos por diversas formas.

Nesse sentido, Lessa (2016) lembra que o sujeito que se responsabiliza pela referência de objetos discursivos pode exprimir seu PDV diretamente, por meio de comentários explícitos ou indiretamente, por meio dos processos de referência: seleção e combinação de itens lexicais e sintáticos. Nessa esteira, o pesquisador retoma o pensamento de Rabatel (2005) a fim de determinar os tipos de relações que se estabelecem entre os enunciadores encenados e o locutor a fim de determinar quem assume os pontos de vista em um texto. É nesse contexto, portanto, que orientamos nossas análises, considerando que “enquanto locutor, o jornalista orienta a interpretação dos discursos relatados” (RABATEL, 2013, p. 54), indicando o PDV defendido pelo veículo, enquanto instituição a partir da qual enuncia. Nesse contexto, o locutor, ou seja, o responsável pela enunciação, é um sujeito modal que visa influenciar o seu interlocutor através do discurso.

monologal, tendo como efeito centrar a enunciação no locutor. Assim, “um texto é uma rede de pensamentos articulados por meio das restrições de jogos de linguagem de diversas ordens” (MAINGUENEAU, 2010, p. 13). O autor também comenta, em produção anterior (MAINGUENEAU, D. *Cenas da Enunciação*. POSSENTI, S.; SOUZA-E-SILVA, M. C. P. (Org.). Parábola Editorial: São Paulo, 2008), sobre a noção de sobreasseveração, que é o destaque que a mídia dá, por meio da citação e da destacabilidade, a determinados termos ou sentenças, relacionando o locutor ao enunciador, podendo denotar, então, o seu ponto de vista.

Rabatel acredita, ainda, que a referência carrega duas características complementares que marcam a construção do sujeito enunciante: i) o sujeito integrado à referência, que reflete o ponto de vista a partir do modo de apresentação dos referentes dos objetos do discurso; e ii) os pronomes refletem seu próprio emprego, refletindo o ponto de vista a partir da inscrição do sujeito em seu discurso. Assim, “a referenciação dos objetos do discurso está articulada com a maneira como o locutor/enunciador se posiciona em seu discurso” (RABATEL, 2013, p. 25), como acrescenta:

O locutor, responsável pelo enunciado, faz existir, através deste, enunciadores cujos pontos de vista e atitudes ele organiza. E sua própria posição pode se manifestar seja porque ele assimila a um ou outro desses enunciadores, tomando-o como representante, seja simplesmente porque ele escolheu fazê-los aparecer e sua aparição é significativa, mesmo se ele não se assimila a eles (DUCROT, 1984, p. 205 *apud* RABATEL, 2013, p. 32).

Dessa maneira, o autor defende que o ponto de vista pode ser expresso de forma direta, ou indireta, por meio de itens lexicais selecionados, atribuindo maior responsabilidade ao enunciador e como o locutor incorpora os referidos enunciadores no texto. No entanto, destacamos que há outras formas de aparição da subjetividade, além das marcas de pessoas, pronomes demonstrativos, advérbios, entre outras. O locutor, segundo Rabatel (2013), possui a escolha de uma enunciação embreada ou desembreada⁸⁶ e, nestes dois planos, também pode escolher imprimir à sua enunciação um contorno subjetivante ou objetivante.

Nesse sentido de identificação do locutor e enunciador, o autor lembra que Ducrot atribui um espaço distinto entre o locutor e o enunciador, considerando que alguns pontos de vista são assumidos pelo locutor, outros não. Assim, todo locutor é o enunciador, que assume o conteúdo proposicional, mas nem todo enunciador é locutor. É a partir dessa assertiva que se define que o locutor é quem se responsabiliza pelo enunciado e faz existir enunciadores cujos PDVs e atitudes ele organiza, a partir dos recursos linguísticos.

A partir do momento em que o ponto de vista não se limita a uma dimensão constativa, mas integra um fazer ver, um fazer pensar, um fazer dizer, um fazer agir, mesmo que indiretamente, a partir do momento que os enunciados acumulam um valor descritivo, denotando estados de coisas e um valor interpretativo exprimindo julgamentos do enunciador sobre os objetos do discurso, esses últimos equivalem a um ato de linguagem indireto: mesmo se o ponto de vista do enunciador se exprime em uma frase sem fala, sua dimensão argumentativa indireta lhe atribui esse valor de ato (RABATEL, 2013, p. 35).

⁸⁶A enunciação embreada faz referência à noção de discurso enquanto o enunciado organizado pelo locutor. Já a desembreada (do plano não embreado) faz referência à narrativa relacionada à história (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016).

Assim, podemos inferir que o locutor está em toda parte por meio da encenação dos enunciadores, falando por meio de simulacros. Considerando que a expressão do PDV se dá por meio de itens linguísticos apresentados acima, Koch e Cortez (2015) apresentam reflexão ancorando-se em Rabatel (2013) ao afirmarem que “a análise das formas nominais possibilita investigar as relações entre locutor e enunciador no discurso, o que caracteriza fundamentalmente a expressão do ponto de vista” (KOCH; CORTEZ, 2015, p. 37).

Aplicando tais reflexões teóricas no nosso objeto de estudo, chegamos à gestão de PDV em um material jornalístico, carregado de subjetivemas, discursos relatados e, muitas vezes, apresentando uma tentativa de objetividade da informação, por meio de verbos mais neutros para indicar a busca da imparcialidade midiática, mas que estão relacionados ao PDV que o locutor/enunciador carrega e busca defender por meio dessas estratégias linguístico-discursivas.

Já no campo da Comunicação, Maia (2008) exemplifica a narrativa jornalística, com discursos relatados diretos e indiretos, indicando apoio (ou aversão) ao que está sendo retratado. A autora sinaliza que “enquanto algumas vozes ganham proeminência, outras são marginalizadas nas narrativas midiáticas” (MAIA, 2008, p. 107). Tal gestão de vozes é ponto crucial em nosso estudo, visto que o veículo estudado, a partir dessas reflexões teóricas, reafirma seu posicionamento a partir do protagonismo de determinadas fontes em detrimento de outras. A autora ainda cita Fairclough (1995), que defende que o equilíbrio (ou a falta dele) de vozes não é mensurado apenas pelo número de aparições, mas a partir do “ordenamento e hierarquização das emissões” (FAIRCLOUGH, 1995 apud MAIA, 2008). A autora complementa, ainda, que “certas posições ou certos discursos de determinados atores sociais podem ser assumidos pelas narrativas ou pelas opiniões jornalísticas” (MAIA, 2008, p. 107).

Mais que recursos coesivos, os léxicos referenciais denotam pontos de vista. Assim, a escolha lexical não pode ser entendida como um mero “sorteio” em uma lista de itens, mas como determinante na tomada de posição a partir do enquadramento escolhido. Dessa forma, palavras com papéis anafóricos podem denotar ponto de vista e a subjetividade do sujeito produtor do discurso. O léxico, então, ocupa uma posição variável, flexível, abandonando o aspecto unidirecional e estável, firmando-se como posições enunciativas, como afirmam Koch e Cortez:

as formas nominais referenciais, como estratégias de referenciação, desempenham papel importante para a construção do ponto de vista, porque

sua seleção lexical aponta para uma instância discursiva ou centro de perspectiva – o narrador/personagem – a partir do qual o fato é apreendido e os objetos de discurso apresentados (KOCH; CORTEZ, 2015, p. 34).

Em um trabalho anterior, Koch (2005) já defendia a roteirização dessa construção do ponto de vista do leitor a partir da escolha lexical e caminhos indicados pelo jornalista na reportagem. Mesmo levando em consideração a mudança do papel do receptor e de como ele absorve a mensagem, essa premissa nos é importante para compreender o papel ideológico da reportagem e das seleções que são feitas e utilizadas no decorrer do texto, como observaremos a seguir na análise.

3. Descrição do *corpus* e Análise

Como apresentado anteriormente, este artigo analisa o caderno especial do jornal mineiro *O Tempo*. O jornal foi criado em 1996 e conta com tiragem de 73 mil exemplares, sendo o principal em Minas Gerais em relação ao número médio de circulação⁸⁷. Integrante do grupo Sempre Editora, que controla os jornais *Super Notícia*, *Pampulha*, *O Tempo Betim* e *O Tempo Contagem*, o jornal conta com oito cadernos fixos, além dos suplementares no decorrer da semana. Como integrante da mídia comercial, o jornal conta com anúncios de empresas públicas e privadas, que investem em comercial nas páginas dos jornais e também nos *sites* dos veículos. De acordo com as editoras responsáveis pelo caderno especial em análise neste trabalho⁸⁸, o jornal não possui uma linha editorial claramente definida, mas o seu principal público é formado por servidores públicos e policiais, o que acaba por interferir nas temáticas abordadas.

O caderno especial tem o título “Um adeus ao rio Doce”⁸⁹, acompanhado da foto de um rapaz que segura um peixe morto, sendo a cor marrom, referente à lama, a predominante na foto e plano de fundo. Já à primeira vista, então, percebe-se que o tema central do caderno é a destruição ambiental, abordando, pois, a morte do rio Doce, atingido pela lama despejada pelo rompimento da barragem. O foco da foto, apesar de apresentar o rosto do menino, é no peixe morto, que está em primeiro plano. Tais características podem ser observadas, também,

⁸⁷De acordo com dados da Associação Nacional de Jornais, no biênio 2014-2015, *O Tempo* alcançou a marca de 60.055 jornais em circulação, contra 48.695 do *Estado de Minas*

⁸⁸Como parte da metodologia do trabalho da dissertação de Mestrado, foi realizada uma entrevista com duas editoras de texto do jornal, responsáveis pelo caderno especial em análise, etapa fundamental para definir aspectos e condições de produção que permeiam a elaboração do caderno.

⁸⁹Importante ressaltar que o caderno data de 27/11/2015, sendo publicado, portanto, no domingo que antecede o “aniversário” de um mês da tragédia, como representação de acontecimento por ocasião de aniversário (DOSSE, 2013).

na primeira página do caderno especial, que funciona como um editorial⁹⁰, pois apresenta o jornal que se segue. No texto, o veículo se apresenta distante fisicamente dos locais com o uso dos advérbios de localização como “ali”, em destaque na fala da repórter, e dos verbos de movimento como “acompanhou” e “foram”, indicando o percurso que a reportagem do jornal fez para produzir o material. É enfatizado o tamanho da tragédia, dimensionando a extensão dela, que cruzou o estado de Minas Gerais até chegar ao mar, no Espírito Santo. Dessa forma, delimita que, apesar de apresentar, também, histórias de pessoas atingidas.

Para esta análise, escolhemos duas reportagens representativas da edição, entendendo que o caderno especial é dividido em dois grandes temas, onde a primeira parte versa sobre a tragédia e seus impactos diretos e a segunda sobre as consequências a longo prazo e possíveis soluções e saídas para recuperação do meio ambiente.



Figura 1 "O amargo do rio doce" é a reportagem que abre o caderno especial.
Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

A primeira reportagem leva o título de “O amargo do rio Doce” e aborda a destruição do rio sob a perspectiva pessoal de um pescador, apesar de focar no meio ambiente. Em tom emotivo, a fala em destaque do personagem da matéria, lamenta a morte do rio, dizendo que

⁹⁰Ver CÂMARA, 2016.

acabou, eliminando, também, a esperança de voltar a pescar ali, descrevendo a emoção ao relatar o depoimento.

“O rio morreu. Acabou. Não sei se algum dia irei pescar aqui novamente. Talvez meus filhos, espero que sim, mas não tenho muita esperança”, diz o pescador com os olhos embaçados

Figura 2: Fala em destaque mostra a relação sentimental da fonte com o rio, indicando a emoção do personagem. - Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

A única fonte dessa reportagem é o pescador Antônio José Fernandes, da população ribeirinha de Resplendor/MG. O texto aborda a relação do morador com o rio, mostrando a profunda dependência da região pela pesca e agropecuária, ligadas às águas do rio Doce. O tom emotivo dos relatos do personagem remete às lembranças e à vida que levava no local, em uma relação pessoal e de família, admiração e respeito ao que se construiu_ e que agora era destruído. No entanto, ao se referir ao rompimento da barragem, já no segundo parágrafo do texto, a repórter utiliza a palavra “acidente”, ao retomar o termo, o que contraria, de acordo com as editoras do jornal, a abordagem orientada. Na entrevista, as editoras são enfáticas ao afirmarem que o jornal “não usa a palavra acidente”, como “obrigação moral do jornal”, previamente definida no veículo. No entanto, não é o que percebemos ao analisar as reportagens.

Como vimos, termos axiológicos na função de anafóricos exercem forte influência na gestão de pontos de vista que se deseja expressar e defender (KOCH; CORTEZ, 2015). Ainda tomando como base teórica a ideia de “encapsulamento” das autoras, é relatada uma comparação com uma enchente ocorrida em 1979, como forma de naturalização da tragédia, ainda que aborde a “ganância humana” como principal causa, não citando, em nenhum momento, os nomes das empresas e suas respectivas responsabilidades socioambientais em empreendimentos e casos como esse.

Fernandes mora no distrito de Crenaque, em Resplendor, na região do Rio Doce. No local, a maioria das pessoas vive da pesca, usa a água para cuidar de animais, plantações e, mais do que isso, eles aprenderam a viver de acordo com o curso do rio. Quando soube que um acidente havia despejado rejeitos a cerca de 400 km de sua cidade, o pescador teve medo, mas achou que o rio, que tanto proveu para ele, se-

“A ganância do homem é o que matou esse rio. Nunca imaginei que eu veria isso. A última vez que sentimos algo parecido foi durante uma enchente, em 1979, mas ela atingiu casas e levou coisas. Ela não matou o rio Doce”, relembra.

Figura 3: Texto utiliza a palavra "acidente" como termo anafórico (à esquerda) e faz comparação (à direita) com um incidente natural. - Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

O sentimento descrito em todo texto sobre a morte do rio é de dor e sofrimento, a partir do relato do PDV do pescador, mesmo quando se refere ao trajeto que a lama percorreu, operando uma personalização do meio ambiente, mas principalmente quando se trata das pessoas que dependiam dele para sobreviver. Destacamos, aqui, o jogo de palavras que o locutor-jornalista faz com os advérbios de tempo “antes e depois” e “antes e agora”, em uma dicotomia entre “vida e morte”. Outro ponto que observamos é em relação ao distanciamento que este locutor efetua em relação ao local, ao rio e à vida do pescador e ao sentimento de pertença do personagem. O locutor-jornalista frisa que “encontrou o pescador no mesmo local”, sempre se referindo como “ali”, enquanto Antônio se refere ao rio como “aqui” e às atividades como “tradição de família”. Ainda nesse sentido, o rio é relacionado à vida dele e da população ribeirinha, em oposição à morte relatada e presenciada no presente: antes, ele mantinha admiração e respeito, com esperança, vida e beleza; agora, sente cheiro de morte que assola, em uma rotina de despedida.

Como ilustração, são utilizadas duas fotos, como “antes e depois” de a lama passar pelo local e destruir o rio. Na primeira, é possível ver a alegria do personagem pela esperança de continuar pescando, ao exibir alguns pescados, com o rio azul ao fundo. Na outra, o pescador posiciona-se em sinal de luto e respeito, sem o fruto do seu trabalho, com o rio marrom ao fundo, como observamos na figura a seguir. O jogo de cores, até mesmo da camisa utilizada pelo pescador, é interessante observar e relacionar ao texto, que afirma que a cor do rio se transformou por causa da lama e causa o sentimento de dor no personagem, encenando um antagonismo entre vida e morte, alegria e tristeza.



O AMARGO DO RIO DOCE

“O rio morreu. Acabou. Não sei se algum dia irei pescar aqui novamente. Talvez meus filhos, espero que sim, mas não tenho muita esperança”, diz o pescador com os olhos embaçados

■ BÁRBARA FERREIRA

Filho de pescador, também pescador e com o desejo de continuar a tradição da família – que já é secular –, Antônio José Fernandes, 46, vive desde que nasceu às margens do rio Doce. Ali, ele aprendeu tudo o que sabe da vida. Ali, ele se casou, viu seus filhos nascerem e, ali, tem suas melhores e piores lembranças. Ao olhar para as águas esverdeadas daquele rio, antes da tragédia, o semblante era sempre de admiração e respeito. Agora, o que resta é o cheiro de morte, que

assola as margens desse rio, que já foi doce. “Quando vejo isso, a única coisa que vem à cabeça é morte”.

Fernandes mora no distrito de Crenaque, em Resplendor, na região do Rio Doce. No local, a maioria das pessoas vive da pesca, usa a água para cuidar de animais, plantações e, mais do que isso, eles aprenderam a viver de acordo com o curso do rio. Quando soube que um acidente havia despejado rejeitos a cerca de 400 km de sua cidade, o pescador teve medo, mas achou que o rio, que tanto proveu para ele, se

ria forte e resistiria. Todos os dias, antes da chegada da lama, saía de sua casa e ia até a beira daquelas águas para ver se estava tudo bem. Despedir-se, talvez, mesmo que inconscientemente. Durante toda a vida, o que ele via naquelas águas era esperança, vida e beleza.

FIM. No dia em que a lama desceu, atingindo Resplendor (uma sexta-feira, 13 de novembro), a água carregava peixes mortos, e um forte odor contaminou o ar. O verde do espelho-d'água se transfor-

mou em um alaranjado, uma vermelhidão que, segundo Fernandes, dói no peito. “O rio morreu. Acabou. Não sei se algum dia irei pescar aqui novamente. Talvez meus filhos, espero que sim, mas não tenho muita esperança”. Os olhos embaçam com lágrimas contidas.

“A ganância do homem é o que matou esse rio. Nunca imaginei que eu veria isso. A última vez que sentimos algo parecido foi durante uma enchente, em 1979, mas ela atingiu casas e levou coisas. Ela não matou o rio Doce”, relembra.

Dessa vez, logo após o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana, na região Central de Minas, lama de rejeitos desceu sufocando rapidamente vários cursos de água an-

tes mesmo de atingir o rio Doce, posteriormente, o mar, já r Espírito Santo. O rio Gualax do Norte, um subafluente do Doce, foi praticamente soterrado pela onda de rejeitos e também está com sua existência comprometida.

Ao longo desse percurso m cabro de mais de 600 km, a c da peixe que morria e aparec boiando pela água ou às ma gens do rio, um pescador par cia chorar. E esse impacto, qu além de ambiental, destruiu v das, histórias, memórias e toc um imaginário de quem esco lheu viver junto a essas água vai ser lembrado pelas próx mas gerações e ainda vai do na memória de comunidades i beirinhas por toda a extensã de um rio, que já foi doce.

Na manhã do dia 11 de novembro, Antônio Fernandes torcia por um milagre: a não chegada da lama ao rio em Resplendor



Dois dias depois, a reportagem de O TEMPO encontrou o pescador no mesmo local, já velando o agora moribundo rio Doce

Figura 4: As fotos que ilustram a reportagem denotam o sentimento de luto ao rio.

Fonte: Jornal O TEMPO, edição 6.923 (2015)

A segunda reportagem escolhida para análise neste artigo é a que encerra o caderno, intitulada “Recuperação será lenta, longa e cara”. Acreditamos que o jornal impresso, grosso

modo, produz uma narrativa semelhante à literária no sentido de ordem narrativa, com início, meio e fim, o que justifica, portanto, a escolha da primeira e da última reportagem do caderno como forma representativa de todo o material. A última reportagem do caderno ocupa duas páginas e versa sobre a recuperação do rio Doce e seus arredores.



Figura 5 Última reportagem do caderno tenta apontar possíveis soluções para a destruição do rio Doce

As fontes são as mesmas utilizadas em matérias anteriores do caderno, como o coordenador do Projeto Manuelzão, a coordenadora da Fundação SOS Mata Atlântica, o projeto do fotógrafo Sebastião Salgado e o coordenador do Laboratório de Reservatórios da UFMG. O locutor-jornalista apresenta um tom enfático ao relacionar a tragédia à falta de fiscalização e a abrangência do problema, que ultrapassa o factual do rompimento da barragem e apenas o próprio rio, mas considera, também, o histórico de poluição dele e a situação dos seus afluentes, bacia hidrográfica, os solos e matas ciliares. Nesse sentido, o locutor-jornalista busca apontar possíveis soluções e maneiras de

recuperação do rio Doce, para resgatar o ecossistema perdido. Podemos perceber a subjetividade do enunciado a partir da modalização dos enunciados representados, observamos a atribuição de PDVs a “os especialistas são unânimes”, indicando uma unicidade de opiniões que balizam a defendida pelo veículo, e os verbos que carregam a disposição psicológica avaliativa (RABATEL, 2013), como “alerta o professor” e “avalia a coordenadora”.



Figura 6: Infográfico indica maneiras de recuperação do rio Doce.

Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015)

A responsabilidade também é atribuída ao poder público, pela fragilidade da legislação e brechas de concessões de exploração ambiental que prejudicam o meio ambiente e as populações que vivem no entorno desses empreendimentos. Apesar de ser enfático ao tratar como tragédia, desastre e responsabilizar empresas pelo dano ambiental, a partir dos termos escolhidos como “dano ambiental”, “efeitos catastróficos”, “tragédias ambientais” e a repetição dos termos anteriormente citados, o locutor-jornalista utiliza, uma vez, a palavra “acidente” e também passa para a sociedade o papel de monitoramento e punição, reconhecendo o grande poder exercido pelas empresas.

Menos de um mês após o acidente, o projeto mais concreto que foi apresentado para a recuperação do rio Doce é uma iniciativa do Instituto Terra – organização não governamental mantida pelo fotógrafo Sebastião Salgado. Ele prevê a recuperação de todas as nascentes para que haja um aumento no volume de água e, em consequência, a revitalização do rio. Salgado acredita que essa seja a única saída para o rio Doce. “Já temos o projeto pronto, e o piloto já foi implantado em algumas nascentes. Acredito que é o único meio para reverter essa situação. Temos certeza de que com essa proposta é possível recupe-

A coordenadora da Fundação SOS Mata Atlântica, Malu Ribeiro, descreve a relação do país com grandes empreendimentos de risco como uma bomba-relógio. “Existem tantas outras barragens de alto risco no Brasil que é uma questão de tempo até que se repita um desastre assim”. Para ela, esse risco mostra que a atual legislação ambiental é inadequada e não conseguirá evitar novas tragédias. “A nossa concessão de licenças é frágil, e o pedido de urgência para votar o novo código de mineração é um escândalo, pois ele dará ainda mais poderes para as empresas”, conta.

Para Ricardo Coelho, a falta de fiscalização também tem uma enorme parcela de responsabilidade no dano ambiental. “Os gestores públicos costumam achar que não é função do governo fiscalizar, acham ridículo ter que mandar alguém a campo para fazer inspeções. Mas, agora, para que essa tragédia não se repita, o país vai ter que passar a fiscalizar e punir, coisa que nunca fez antes”, conclui. **(JRF)**

Figura 7: Reportagem aponta falhas na fiscalização e relação entre governo e empresas responsáveis pelas barragens. À esquerda, trecho em que o locutor-jornalista usa a palavra “acidente” para classificar o rompimento da barragem. À direita, o enunciador a quem é atribuído o PDV que aponta a falta de fiscalização como responsável pela tragédia.

Fonte: Jornal *O TEMPO*, edição 6.923 (2015).

As análises realizadas permitem-nos dizer, de modo geral, que o caderno do jornal *O Tempo* foca na questão ambiental, mesmo que retrate algumas das vítimas da tragédia. A maioria das fontes utilizadas são relacionadas ao meio ambiente, além de outras oficiais, como de órgãos públicos e de prefeitura⁹¹. Apesar de firmar posicionamento crítico em diversos momentos, tais como observados na reportagem “Recuperação será lenta, longa e cara”, “Quem vai pagar a conta?” e “Segurança só veio após punições”, dentre outras, e considerar a tragédia como maior desastre ambiental do mundo, o jornal ainda utiliza a palavra “acidente” ao retomar o acontecimento e relacioná-lo a outros casos de rompimento de barragens. As imagens ilustram mais a paisagem e os ambientes naturais dos locais atingidos, com raras exceções de destaque para pessoas_ ainda que não sejam as vítimas

⁹¹Tais observações se referem não somente às reportagens analisadas aqui neste artigo, mas também na Dissertação que deu origem a ele.

diretas. Esse enquadramento ambiental, com fontes especializadas e carência de depoimentos pessoais, com termos axiológicos que remetem a causas naturais, demonstram o ponto de vista escolhido e defendido pelo veículo, ainda que indiretamente.

No quadro abaixo, apresentamos um breve resumo analítico das duas reportagens selecionadas da cobertura para este artigo.

Quadro 1: Resumo analítico da cobertura do jornal *O Tempo*.

REPORTAGEM	TEMA	GESTÃO DE VOZES	ÍNDICE DE SUBJETIVIDADE - TERMOS AXIOLÓGICOS	TRATAMENTO DE IMAGENS	LEITURA CONOTATIVA
O amargo do rio Doce	Destruição do rio (sob a visão de um pescador) e a relação do personagem com ele	Antônio José Fernandes, pescador	"Acidente" como termo anafórico	"Antes e depois" do rio, "alegria x tristeza" no semblante do personagem	Apesar de utilizar uma vítima indireta da tragédia, dando um tom pessoal e sentimental à abordagem da destruição do rio, o texto ainda utiliza o termo "acidente" para caracterizar o rompimento da barragem e o compara a uma enchente, de ordem natural, mesmo que responsabilize a "ganância humana" pelas tragédias descritas.

Recuperação será lenta, longa e cara	Recuperação do rio Doce e arredores	Coordenador do Projeto Manuelzão; coordenadora da Fundação SOS Mata Atlântica; Instituto Terra; Coordenador do Gesta/UFMG (todas as fontes utilizadas em reportagens anteriores)	“Especialistas apontam iniciativas”; “previsão otimista da ministra do Meio Ambiente”; “avalia o coordenador do Projeto Manuelzão”; “a coordenadora indica”; “O coordenador do Laboratório de Gestão Ambiental da UFMG pondera”; “Segundo o coordenador”; “A coordenadora descreve”.	"Dano ambiental", "efeitos catastróficos", "tragédia ambiental". Utiliza a palavra "acidente" como termo anafórico. Responsabiliza o poder público e cobra monitoramento da população.	Fotos do rio antes e depois da tragédia e de personagens retratados na matéria
--------------------------------------	-------------------------------------	--	--	--	--

Fonte: Elaboração do autor.

4. Considerações Finais

Neste artigo, pudemos observar como se dá a gestão de pontos de vista a partir das escolhas lexicais, as fontes utilizadas e o enquadramento dado a determinado acontecimento, considerado como tal a partir da mediação dele. Dessa forma, vimos que, embora de maneira naturalizada, os termos axiológicos podem demonstrar o posicionamento ideológico-político do jornal, partindo do pressuposto de que as palavras não são escolhidas nem utilizadas ao mero acaso.

Assim, percebemos que a cobertura do jornal *O Tempo*, seja pela condição de produção, seja pela abrangência do veículo, além de outros possíveis fatores que podem influenciar nessa questão, foca nas consequências e alcances ambientais às quais a tragédia tomou. A partir das escolhas lexicais, podemos perceber a naturalização da tragédia com termos anafóricos retomando a palavra “acidente” e com a relação a outras tragédias ambientais, mas que foram causadas por fatores naturais. Além disso, observamos, também, a inserção da equipe na cobertura e a respectiva representação dela, em detrimento ao maior

destaque às vítimas diretamente atingidas, principalmente locais do subdistrito de Bento Rodrigues, que foi destruído com o rompimento da barragem da Samarco.

Como parte de uma pesquisa maior, o artigo contém um recorte da cobertura midiática impressa em relação ao referido acontecimento. Acreditamos na importância e relevância de se realizar pesquisas nessas áreas que buscam refletir a prática jornalística, sobretudo em relação a grandes acontecimentos como esse, não deixando que a principal tragédia socioambiental do país passe despercebida pela sociedade e pela Academia, dando luz a questões humanitárias e sociais, valorizando o poder e a importância da pesquisa acadêmica inserida em uma sociedade plural.

REFERÊNCIAS

CÂMARA, M. T. P. A diferença nas narrativas midiáticas na cobertura da tragédia em Mariana. In: Encontro dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação Social de Minas Gerais, 2016, Mariana. *Tempos de rupturas: críticas dos processos comunicacionais*, 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2015

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Coord. da tradução Fabiana Komesu. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2016

DOSSE, François. *Renascimento do acontecimento: um desafio para o historiador: entre esfinge e Fênix*. São Paulo: Editora Unesp, 2013

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. Referenciação e orientação argumentativa. In : KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; MORATO, Edwiges Maria; BENTES, Anna Christina Bentes. *Referenciação e discurso*. São Paulo : Contexto, 2005.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça; CORTEZ, Suzana Leite. A construção heterodialógica dos objetos de discurso por formas nominais referenciais. *ReVEL*, vol. 13, n. 25, 2015.

LESSA, C. H.. Análise da gestão de pontos de vista em ensaios de intelectuais no livro coletânea: *Occupy: movimentos de protesto que tomaram as ruas*. In: EMEDIATO, Wander (Org.) *Análise do Discurso Político*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2016.

MAIA, Rousiley C. M. Deliberação e mídia. In: MAIA, R.C.M. (Org.). *Mídia e deliberação*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008, p. 93-122.

MAINGUENEAU, Dominique. Aforização: enunciados sem texto? In: *Doze conceitos em análise do discurso*. (p. 9-24), 2010.

MOREIRA, Carla Barbosa. Censura e silenciamento no discurso jornalístico. In: RIBEIRO, Ana Paula Goulart; FERREIRA, Lucia Maria Alves (Org.). *Mídia e memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 319 – 342.

O TEMPO. Agonia de um rio. 6.923^a edição, 20p. Belo Horizonte, Novembro, 2015

PORTO, Mauro P. Enquadramento da mídia e política. In: Albino, A; Rubim, C, A. (Orgs.) *Comunicação e política: conceitos e abordagens*. São Paulo: Unesp, 2004, p. 74 – 104

RABATEL, Alain. O papel do enunciador na construção interacionais dos pontos de vista. Tradução Wander Emediato. In: EMEDIATO, Wander. (Org.). *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Núcleo de Análise do Discurso, 2013. p. 19-61.